

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.221 - PA (2019/0007902-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : JOSE WILQUE GONCALVES BRITO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DECISÃO**

**JOSÉ WILQUE GONÇALVES BRITO** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Pará** na Apelação n. 0024883-20.2014.8.14.0401.

O recorrente foi condenado pelo delito tipificado no **art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal**. A Corte de origem redimensionou a pena de 16 anos para 10 anos de reclusão, mantido o regime inicial fechado.

Nas razões do especial, a defesa apontou violação do **art. 59 do Código Penal**, porque as instâncias ordinárias utilizaram fundamentação inidônea para valorar negativamente a culpabilidade e a personalidade do agente, bem como os motivos do crime. Requereu a readequação da pena-base ao mínimo legal ou em *quantum* próximo a esse.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 328-334).

**Decido.**

Inicialmente, verifico que o recurso especial suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), motivo por que avanço na análise de mérito da controvérsia.

Quanto ao mérito do recurso, registro que a fixação da pena é regulada por princípios e regras constitucionais e legais previstos, respectivamente, nos arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 do Código Penal e 387 do Código de Processo Penal.

Todos esses dispositivos remetem o aplicador do direito à individualização da medida concreta para que, então, seja eleito o *quantum* de sanção a ser aplicada ao condenado criminalmente, com vistas à prevenção e à reprovação do delito perpetrado.

Assim, para obter-se uma aplicação justa da lei penal, o julgador, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, há de atentar para as singularidades do caso concreto, e deve, na primeira etapa do procedimento trifásico, guiar-se pelas oito circunstâncias relacionadas no *caput* do art. 59 do Código Penal. São elas: a **culpabilidade**; os antecedentes; a conduta social; a **personalidade** do agente; os **motivos**; as circunstâncias e as consequências do crime e o comportamento da vítima.

Na hipótese, observo que o Juiz Presidente do Tribunal do Júri fixou a pena-base em 25 anos de reclusão pelos seguintes fundamentos (fl. 187, grifei):

O pronunciado JOSÉ WILQUE GONÇALVES BRITO, ao cometer o crime, agiu com **CULPABILIDADE em grau intenso, tentando contra a vida da vítima por livre e espontânea vontade, ainda que ciente da reprovabilidade da conduta**. Constatado que o mesmo, nos termos do verbete de súmula 444 do STJ, NÃO REGISTRA antecedentes criminais, É PRIMÁRIO, haja vista a inexistência de condenação transitada em julgado contra sua pessoa. Sua CONDUTA SOCIAL entendo desajustada, usuário de drogas. **O acusado possui PERSONALIDADE deturpada, vez que mostrou ser agressivo, egoísta e sem qualquer sentimento humanitário, o que demonstra necessidade de sua valoração negativa. Os MOTIVOS se revelaram reprováveis, uma vez que o réu agiu de forma desproporcional, por um ciúme exacerbado, e por um profundo sentimento de posse em relação a vítima. As CIRCUNSTÂNCIAS do crime foram apreciados (*sic*) pelo conselho de sentença, constituindo a qualificadora do uso de recurso que dificultou a defesa da vítima, pelo que deixo de valorar as referidas circunstâncias para se evitar o "bis in idem". As CONSEQUÊNCIAS do crime, foram normais a espécie. Entendo que o comportamento da vítima não contribuiu para o crime.**

O Tribunal *a quo*, por sua vez, reconheceu a suficiência dos fundamentos despendidos pelo Magistrado sentenciante, mas reduziu o

*quantum* exasperado e estabeleceu a reprimenda básica em 16 anos de reclusão. Veja-se (fls. 251-253, destaquei):

Nesse contexto, verificou-se no *decisum* vergastado, **inobstante a ausência de primor na análise dos vetores do art. 59 do CPB, a autoridade judicial fundamentou de forma sucinta as circunstâncias judiciais da culpabilidade, personalidade e motivos do crime**, se mostrando inidônea as razões que descreveram a conduta social do réu, segundo o entendimento sumulado por essa Egrégia Corte:

[...]

Contudo constatou-se que o *quantum* aferido na pena-base não foi aplicado de maneira escorreita, uma vez que o aumento em 13 ANOS acima do mínimo legal, considerando 03 circunstâncias judiciais desfavoráveis, se mostrou, ao menos, desproporcional.

Com efeito, de acordo com as fixadas premissas alinhadas alhures, sob o influxo do efeito devolutivo da sentença, do princípio da proibição da *reformatio in pejus* e com base no artigo 68 do Código Penal, prudente proceder a uma nova dosimetria da pena.

De início, para delimitar o presente feito, o delito em debate possui a seguinte nomenclatura:

[...]

Desta forma, diante das razões explanadas, **fixo a pena-base acima do mínimo legal**, considerando a existência dos moduladores circunstanciais desfavoráveis que autorizam o aumento acima do mínimo, **readequando a pena-base de 25 ANOS para 16 ANOS de reclusão**.

Pelos trechos transcritos, entendo que a valoração desfavorável da **culpabilidade** referiu-se a **aspectos ínsitos ao tipo penal** – ao afirmar que o réu agiu "tentando contra a vida da vítima" – e à **culpabilidade em sentido estrito** – "por livre e espontânea vontade, ainda que ciente da reprovabilidade da conduta" (ambos à fl. 187) –, assim entendida como elemento integrante da estrutura do crime, em sua concepção tripartida, e não à culpabilidade em sentido lato, a qual se refere à maior ou menor reprovabilidade do agente pela conduta delituosa praticada.

No que tange à **personalidade** do agente, embora o Juízo de primeira instância haja apontado que o réu se mostrou "agressivo, egoísta e sem qualquer sentimento humanitário" (fl. 187), **não mencionou**

**elementos concretos** que pudessem justificar a avaliação feita. Esta Corte tem orientação no sentido de que é incabível a exasperação da pena-base, pela análise desfavorável da personalidade do agente, sem que haja menção a elemento concreto dos autos que, efetivamente, evidencie especial agressividade e/ou perversidade do agente, ou mesmo menor sensibilidade ético-moral. Veja-se:

[...]

4. "A personalidade do agente resulta da análise do perfil subjetivo do paciente, no que se refere a aspectos morais e psicológicos, para que se afira a existência de caráter voltado à prática de infrações penais, com base nos elementos probatório dos autos, aptos a inferir o desvio de personalidade de acordo com o livre convencimento motivado, independentemente de perícia" (HC 443.678/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 26/3/2019). Na hipótese em apreço, **valorou-se negativamente a personalidade do agente, com a vaga afirmação de personalidade voltada à prática de crimes, sem indicação de fundamentos concretos extraídos dos autos, não se mostrando, portanto, suficiente para o fim de fundamentar a negação da mencionada circunstância judicial.**

[...]

(HC n. 456.350/SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJe 25/6/2019, grifei)

[...]

Não é possível a valoração negativa da personalidade do réu, para fins de exasperação da pena-base, sem qualquer consideração acerca do fato concreto em exame, ou mesmo laudo ou documento que ateste personalidade que justifique tal valoração negativa.

[...]

(EDcl no REsp n. 1.638.488/PE, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 29/6/2018)

Por fim, em relação aos **motivos do crime**, entendo que a valoração desfavorável da vetorial também deve ser afastada. O Código Penal e a jurisprudência reconhecem a especial gravidade do homicídio praticado por ciúmes, de modo que admitem que essa motivação qualifique o delito – ora por motivo fútil, ora por motivo torpe, a depender da narração acusatória.

Ilustrativamente:

[...]

4. Havendo nos autos elementos probatórios a sustentar a incidência das qualificadoras alinhavadas na denúncia, **cabe ao Tribunal do Júri, juiz natural da causa, e não ao Juízo togado, dirimir eventual incerteza a respeito da dinâmica dos fatos, inclusive se o agente teria agido imbuído por ciúme e se tal sentimento teria natureza fútil, torpe ou incidiria como um privilégio do crime.**

[...]

(AgRg no REsp n. 1.267.293/RS, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 14/03/2017, destaquei)

Dessarte, para que essa circunstância seja valorada na individualização da pena, é necessário que: (a) o Ministério Público narre os motivos do crime na denúncia e tipifique adequadamente a conduta; (b) o Juízo de primeira instância pronuncie o réu nesses termos; (c) haja a respectiva quesitação aos jurados e (d) o Conselho de Sentença analise a matéria. Todavia, na hipótese, o Juízo singular suprimiu a competência do Tribunal do Júri, ao valorar negativamente a motivação do réu em praticar o delito.

Por essas razões, **devem ser afastadas as três circunstâncias judiciais analisadas em desfavor do recorrente** e, conseqüentemente, a pena-base será fixada no mínimo legal cominado – 12 anos de reclusão.

Na segunda etapa da dosimetria, foi reconhecida a atenuante da confissão espontânea. Todavia, não é possível fixar a sanção intermediária em patamar inferior, consoante o enunciado na **Súmula n. 231 do STJ**: "A incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Na terceira fase, as instâncias de origem diminuíram a reprimenda em 1/3, pela tentativa. Ao assim proceder, **fixo a sanção definitiva em 8 anos de reclusão**, ante a ausência de outras moduladoras.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial**, para readequar a pena do réu para 8 anos de reclusão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator